



SUDAM

# Plano Regional de Desenvolvimento da **AMAZÔNIA**

## Resultados da Consulta Pública do PRDA 2024-2027

Belém/PA

2023

**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

Luís Inácio Lula da Silva - Presidente

**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR**

Antônio Waldez Góes da Silva - Ministro

**SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA – SUDAM**

Paulo Roberto Galvão da Rocha – Superintendente

**DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E ARTICULAÇÃO DE POLÍTICAS**

Paulo Roberto Ferreira - Diretor

**DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO**

Wilson Luiz Alves Ferreira - Diretor

**DIRETORIA DE GESTÃO DE FUNDOS, DE INCENTIVOS FISCAIS E DE ATRAÇÃO  
DE INVESTIMENTOS**

Jorge Frota Pereira Júnior – Diretor

**COORDENAÇÃO GERAL DE PLANEJAMENTO REGIONAL**

Benedito Barros Caldas – Coordenador Geral, substituto

**COORDENAÇÃO DE ELABORAÇÃO DE PLANOS E PROGRAMAS**

Vilmara Ferreira Salgado – Coordenadora

# Apresentação

A transparência e a participação social são alguns dos princípios mais significativos da **Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR)** e, por isso, é fundamental que o processo de elaboração de políticas públicas de desenvolvimento regional promova a valorização do processo de gestão democrática, com ampla colaboração da sociedade civil e outros stakeholders relevantes.

Diversas experiências de políticas públicas demonstram que o diálogo e a consulta a atores externos são fundamentais para um plano de qualidade, de modo que os processos de participação social podem não só reduzir a assimetria de informações, como embasar e legitimar a tomada de decisão.

Alinhado à essa perspectiva, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), durante o processo de formulação do **Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia** para o quadriênio 2024-2027 (PRDA 2024-2027) considerou a realização de uma consulta pública, buscando engajar a sociedade na definição de prioridades para a região da a Amazônia Legal.

Esse caderno apresenta os principais resultados dessa importante ação que forneceu insumos relevantes para o PRDA 2024-2027.

Boa leitura!

# Sumário

<b>1. Objetivos da Consulta Pública</b>	●	<b>04</b>
<b>2. Estrutura do Formulário</b>	●	<b>05</b>
<b>3. Resultados</b>	●	<b>06</b>
Parte 1. Síntese	●	<b>06</b>
Parte 2. Perfil do respondente	●	<b>07</b>
Parte 3. Contribuições para o PRDA	●	<b>10</b>
3.1 Eixo Desenvolvimento Produtivo	●	<b>11</b>
3.2 Eixo Meio Ambiente	●	<b>13</b>
3.3 Eixo Pesquisa, Inovação e Educação	●	<b>15</b>
3.4 Eixo Desenvolvimento Social e Acesso a Serviços Públicos Essenciais	●	<b>17</b>
3.5 Eixo Infraestrutura Econômica e Urbana	●	<b>19</b>
3.6 Eixo Fortalecimento das Capacidades Governativas dos Entes Subnacionais	●	<b>20</b>
<b>4. Considerações Finais</b>	●	<b>23</b>

# OBJETIVOS

## DA CONSULTA PÚBLICA

Em conceito mais amplo, a Consulta Pública é um mecanismo reconhecido de participação social aberta, que possibilita que a população responda acerca de questões para auxiliar a elaboração de um ato normativo, documento relevante ou avalie e valide o que já foi proposto.

Devido a essas características, ela consiste em um processo democrático de construção conjunta de políticas públicas entre o governo e a sociedade. A partir dela, busca-se elaborar um plano com base em demandas coletivas dos atores locais e da sociedade, contribuindo para a sua efetividade.

A realização de Consultas Públicas permite definir e expandir o conhecimento sobre um problema, coletando evidências e elevando a legitimidade no processo de tomada de decisão.

Para o PRDA, o principal objetivo da Consulta Pública é permitir que sejam indicados/validados os problemas críticos apontados na visão dos atores participantes, sendo coletadas evidências sobre a ocorrência da situação crítica observada, assim como contribuições/percepções da sociedade acerca da proposta.



### **BENEFÍCIOS DA CONSULTA PÚBLICA**



Permite a participação de diferentes segmentos sociais



Possibilita que diversos atores contribuam com o plano proposto



Fornecer subsídios para ajustes da proposta



Legitima o processo de elaboração do plano proposto

# ESTRUTURA DO FORMULÁRIO

A Consulta Pública para o PRDA 2024-2027 foi realizada de modo eletrônico, a partir de amplo questionário disponibilizado on-line no período de 25/05/2023 a 12/06/2023.

A partir desse formulário, os respondentes puderam indicar, na sua visão, problemas e potencialidades para a região da Amazônia Legal.

Esse formulário foi estruturado de forma intuitiva e de fácil acesso à população, adotando uma linguagem simples para a participação de diferentes atores com os mais variados níveis de instrução.

Um ponto de atenção é sobre o formato das questões, sendo priorizado o formato de múltipla escolha ou de escala e existindo espaços específicos para que os participantes pudessem inserir suas contribuições em formato aberto.

Foram estruturadas perguntas chaves para os seis eixos do PRDA e o respondente poderia escolher para qual eixo desejava contribuir, não existindo limites de eixos de contribuição.



Estruturação de formulário eletrônico amplamente divulgado



Questões relacionadas aos seis eixos de atuação do PRDA



Coleta do perfil do respondente e respeito à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)

# RESULTADOS

## DA CONSULTA PÚBLICA

### Parte 1. Síntese



A Consulta Pública para o PRDA2024-2027 alcançou um ótimo público de respondentes, sendo adotadas diversas estratégias que estimularam a participação social na pesquisa.

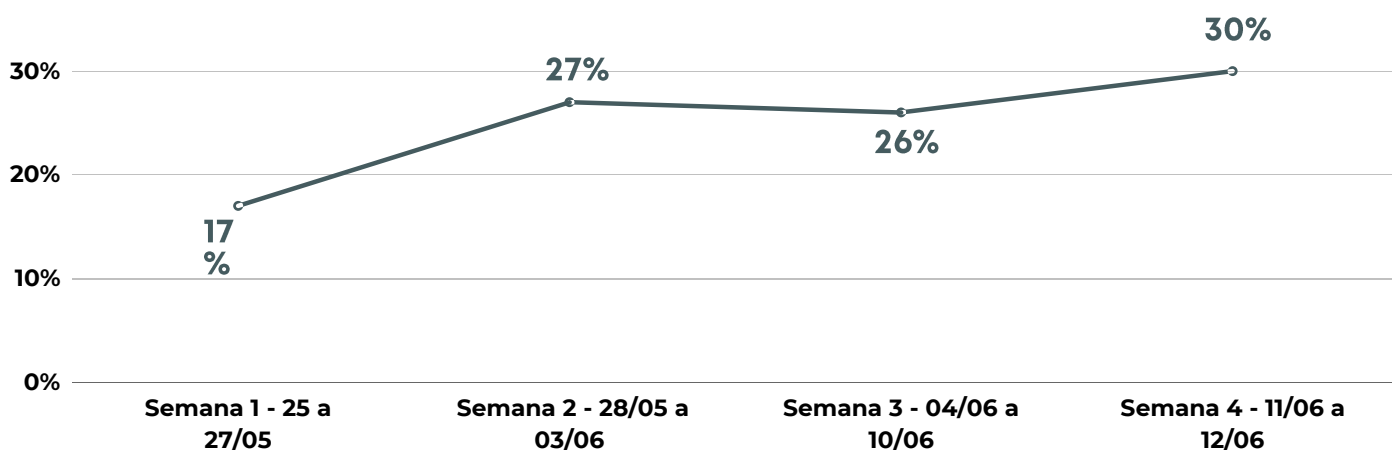


Gráfico 1: Incidência de respostas por período

Durante o prazo de 19 dias de duração da pesquisa, foram obtidas 492 contribuições ao questionário. Conforme ilustrado no Gráfico 1, há uma concentração de respostas na Semana 4 da Consulta, especificamente nos dias 11 e 12/06, últimos dias da consulta pública, sendo observadas 149 contribuições, o que equivale a 30%.

## Parte 2. Perfil do Respondente ▾

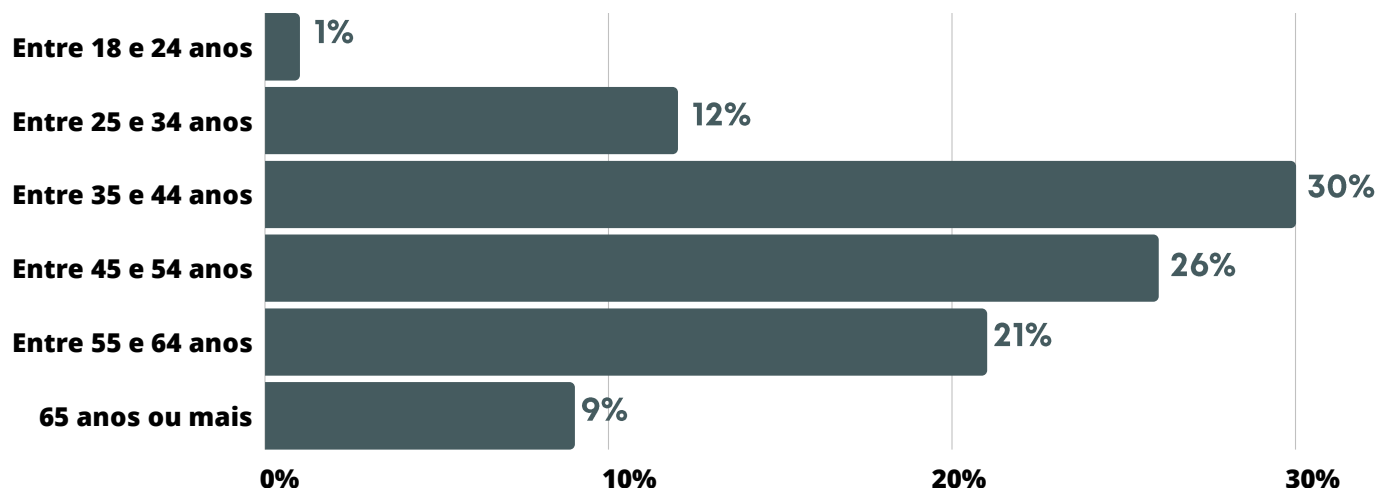


Gráfico 2: Idade dos respondentes

Os respondentes, em sua maioria, concentraram-se na faixa entre 35 e 44 anos (30%). Cabe destacar também a participação do público com 55 a 64 anos (21% dos respondentes), ou seja, a terceira maior incidência de respostas, demonstrando certo engajamento de um público mais experiente com o planejamento da Amazônia Legal.

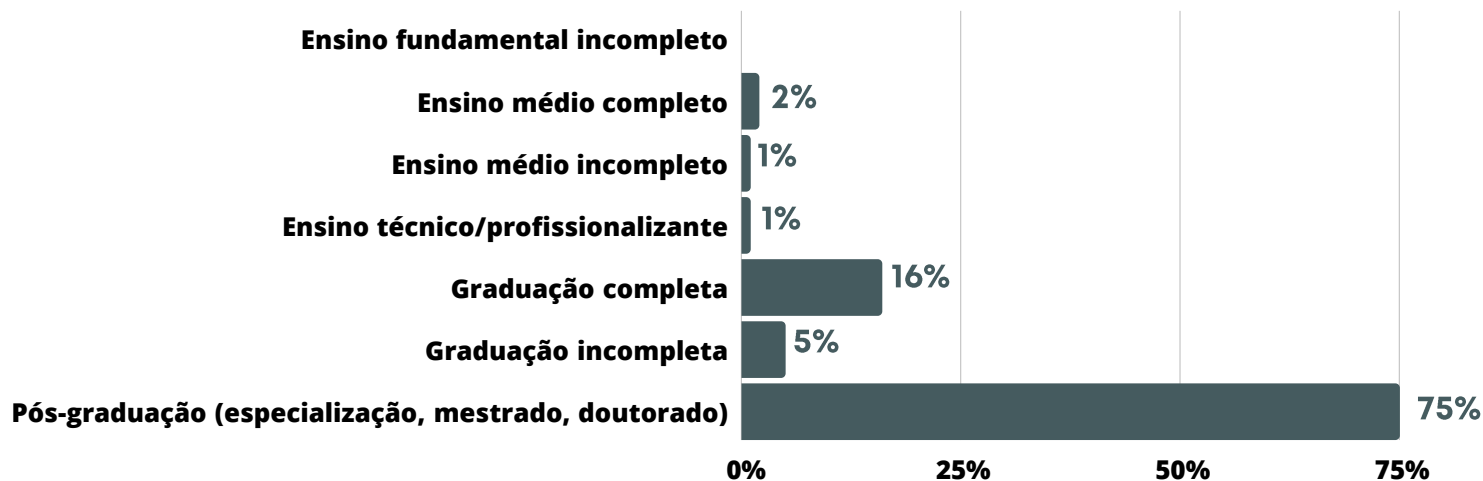


Gráfico 3: Grau de escolaridade

Sobre o grau de escolaridade, destaca-se que a significativa maioria das participações foi de pessoas com Pós-Graduação, incluindo especialização, mestrado e doutorado. Esse público registrou 367 respostas (75%), significando que a pesquisa foi respondida por uma população que possui nível de qualificação elevado.



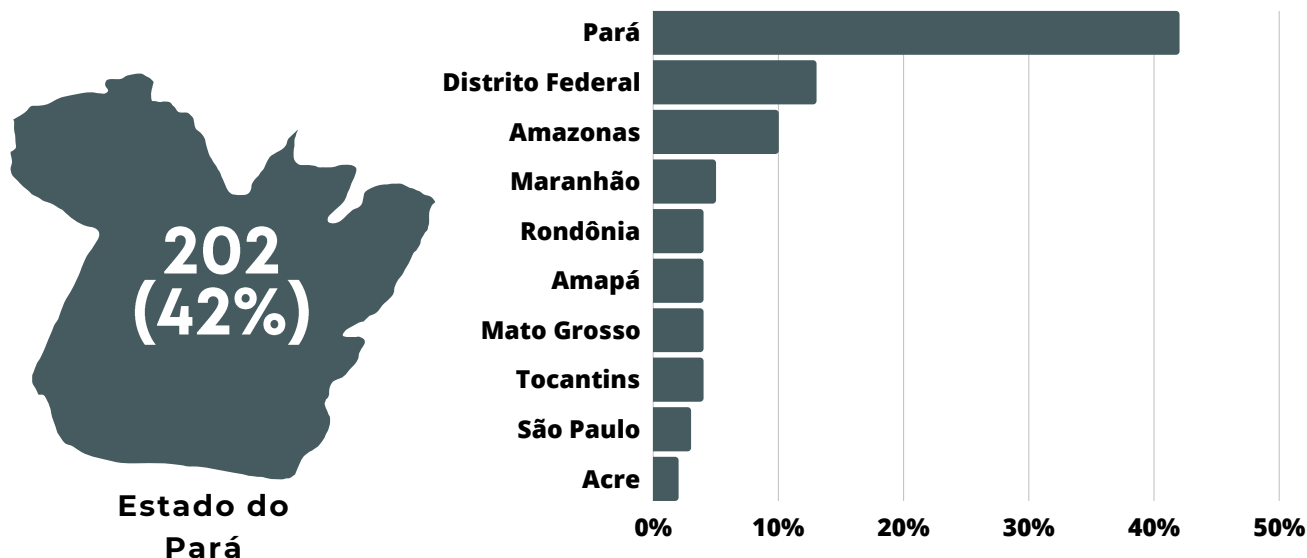


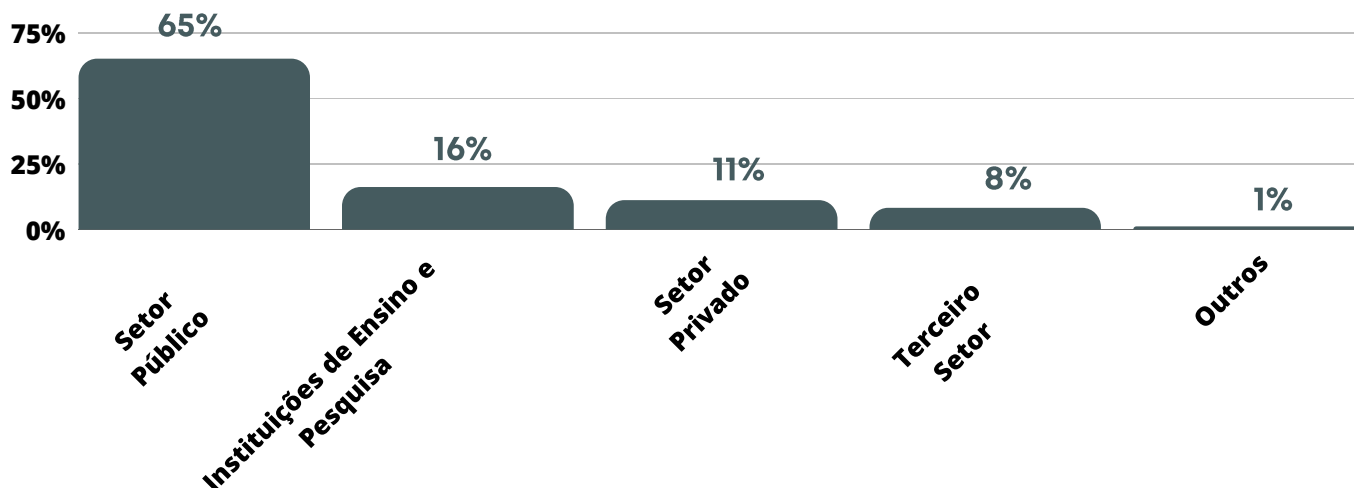
Gráfico 4: Respostas por estado (10 principais)

Na análise da participação dos respondentes por estado, foi verificada uma maior participação do estado do Pará, com 202 respondentes – o que representou 42% do total. Outras 22 Unidades Federativas tiveram participação na pesquisa.



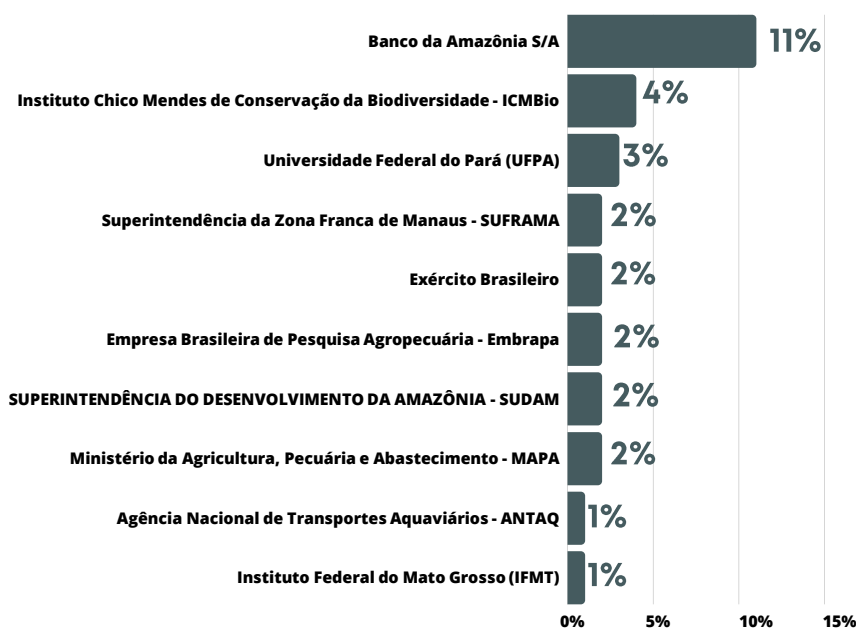
Gráfico 5: Respostas por municípios

Consideração a participação dos respondentes por município, foram observados 111 municípios, sendo que a maioria dos participantes são da cidade de Belém (PA), com 24%, seguido de Brasília com 13%, Manaus com 9% e São Luís com 4%. Juntos esses 4 municípios representam 50% das respostas na Consulta Pública do PRDA 2024-2027.



**Gráfico 6: Participação por segmento**

Diversos atores participaram da Consulta, com destaque para aqueles vinculados a organização governamental, sendo registradas 320 respostas para este segmento (65%). Na sequência, os participantes vinculados as Instituições de Ensino e Pesquisa obtiveram 77 participações (16%). O Setor privado e o Terceiro Setor tiveram participação similar, com 52 (11%) e 37 (8%) respostas, respectivamente. Por fim, na categoria "Outros", foi verificada a participação de 6 pessoas que não se enquadram em nenhuma das categorias, o que equivale a 1% das respostas.



**Gráfico 7: Top 10 instituições**

Na análise das respostas dos participantes, por vínculo de instituição, foi verificada uma ampla participação, sendo assinaladas 258 instituições. Nesse aspecto, observa-se que 11% dos respondentes estão vinculados ao Banco da Amazônia S/A.

## Parte 3. Contribuições para o PRDA ▾

Após fornecerem informações sobre o seu perfil, os respondentes foram levados a indicar quais Eixos desejavam contribuir na Consulta Pública.

Ao selecionar o Eixo de contribuição, os respondentes foram direcionados para questões específicas, as quais solicitavam que avaliassem um conjunto de desafios pelo seu grau de importância para a região amazônica.

Também foi solicitado que os participantes indicassem, numa escala de 1 a 5 o quanto consideravam importante os Programas propostos para o PRDA 2024-2027.

Além desses aspectos, em uma questão de formato aberto, os participantes poderiam discorrer se os programas e temas apresentados refletiam os principais desafios e anseios sobre o desenvolvimento da Amazônia.

Os participantes poderiam fornecer contribuições para quantos Eixos julgassem relevantes, sendo obtida a seguinte participação por Eixo do PRDA 2024-2027:



A seguir, apresenta-se uma síntese das contribuições por cada Eixo do PRDA.

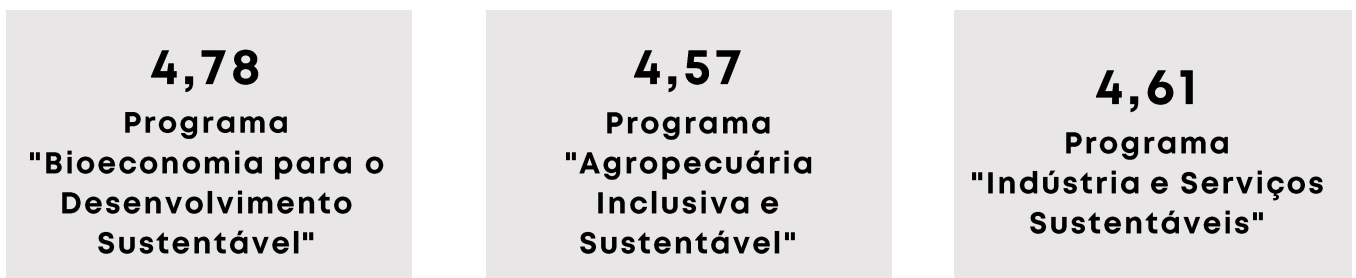
## 3.1 Eixo Desenvolvimento Produtivo

O Eixo Desenvolvimento Produtivo constitui-se em elemento estratégico para o desenvolvimento da região amazônica, por impactar diretamente o território, considerando que sua biodiversidade pujante, notadamente competitiva, oferece oportunidades vantajosas e promissoras, capazes de alavancar a economia brasileira, a partir do uso racional e responsável de seus recursos biológicos renováveis.

Considerando as respostas dos participantes da Consulta Pública, foi indicado que dentre 18 temas de maior importância para o Desenvolvimento Produtivo da região Amazônica, destacam-se três que obtiveram maior indicação de alta importância:



Na análise do grau de importância, em uma escala de 1 a 5, dos Programas contidos no Eixo, foram obtidas as seguintes notas médias:



Na análise da questão aberta, onde foi questionado se os programas e temas apresentados refletiam os principais desafios e anseios sobre o desenvolvimento produtivo da Amazônia, foram obtidas 191 participações.

Dessas, 128 assinalavam concordância com as indicações apresentadas na pesquisa; 42 traziam informações que já estavam abordadas no plano; e 21 foram contribuições identificadas com maior necessidade de incluir ou enfatizar no PRDA.

A seguir, apresenta-se uma síntese de algumas dessas contribuições para o Eixo Desenvolvimento Produtivo:

## Síntese de contribuições para o Eixo Desenvolvimento Produtivo

Dar mais ênfase nas atividades e programas de pesquisa no campo da economia verde e mudanças climáticas.

Dar um foco maior a projetos de reflorestamento produtivo diversificado.

A agropecuária, a grilagem e o desmatamento historicamente formam a tríade da expansão das fronteiras econômicas na Amazônia, este modelo precisa ser substituído para que se garanta uma efetiva inclusão socioeconômica sustentável.

Garantir que práticas tradicionais produtivas sejam incentivadas, valorizando as especificidades culturais e históricas de cada região.

A produção de alimentos (no campo e na cidade) deve estar entre as prioridades de governo para combater a fome e garantir o abastecimento das famílias, especialmente de menor renda.

Nos programas relacionados à pecuária cabe pensar em como trabalhar a atividade na Amazônia sem que haja conversão no uso do solo, tendo em vista o percentual de áreas já desmatadas e a baixa produtividade por hectare na região.

É necessária integração ao Zoneamento Ecológico-Econômico e, a partir daí, partir para a definição de estratégias de desenvolvimento que levem em conta aptidões e restrições ao nível local. Dentro dessa perspectiva e de forma complementar, entra o zoneamento agrícola de risco climático, para identificar as vocações produtivas agrícolas, de forma a orientar as políticas públicas.

Acredito que investir nos produtos regionais vai proteger o meio ambiente e gerar valor para as pessoas que habitam a região.

Importante levar em conta as recomendações e desdobramentos do estudo voltado para Nova Economia da Amazônia.

É crucial fomentar as atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural na região, levando em consideração os impactos socioambientais e garantindo a sustentabilidade a longo prazo. Essas ações são fundamentais para impulsionar o crescimento e o progresso sustentável na região Amazônica.

Consideramos de suma importância analisar o desenvolvimento produtivo da região a partir das seguintes perspectivas: (i) transformar os ativos ambientais em receita financeira; (ii) fortalecer as cadeias produtivas regionais; e (iii) promover pesquisa, conhecimento científico e inovação para o desenvolvimento sustentável e indução da biotecnologia.

## 3.2 Eixo Meio Ambiente



O Eixo Meio Ambiente foi criado a partir das orientações do MPO e do MIDR no processo de elaboração do PRDA, considerando que a agenda governamental para a Amazônia está fortemente voltada para a sustentabilidade ambiental. O Eixo é composto pelo Programa Estratégico Sustentabilidade e Conservação Ambiental, possuindo 8 Ações Estratégicas.

Considerando as respostas dos participantes da Consulta Pública, foi indicado que dentre 7 temas de maior importância para o Meio Ambiente da região amazônica, destacam-se dois que obtiveram maior indicação de alta importância, acima de 90%:



Na análise do grau de importância, em uma escala de 1 a 5, do Programa contido no Eixo Meio Ambiente, foi obtida a seguinte nota média:

**4,92**  
Programa  
"Sustentabilidade e  
Conservação  
Ambiental"

Esse foi o Programa que obteve a maior nota média ao compará-lo com os demais do PRDA.

Na análise da questão aberta, onde foi questionado se os programas e temas apresentados refletiam os principais desafios e anseios sobre o Meio Ambiente da Amazônia, foram registradas 184 participações.

Dessas, 85 assinalavam concordância com as indicações apresentadas na pesquisa; 67 traziam informações que já estavam abordadas no plano; e 32 foram contribuições identificadas com maior necessidade de incluir ou enfatizar no PRDA.

A seguir, apresenta-se uma síntese de algumas dessas contribuições para o Eixo Meio Ambiente:

## Síntese de contribuições para o Eixo Meio Ambiente

E preciso que as áreas costeiras Amazônicas sejam tratadas nesses eixos e não apenas as florestas no interior.

Necessário estabelecer com urgência um programa de adaptação das cidades às mudanças climáticas haja vista a ampliação de desastres naturais como as inundações.

O desenvolvimento dos campos de gás natural na região Amazônica é uma alternativa crucial para impulsionar a transição energética, garantir o acesso à energia e contribuir para a redução da inflação e o aumento da renda das comunidades locais. É fundamental fomentar as atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural na região, levando em consideração os impactos socioambientais e garantindo a sustentabilidade a longo prazo.

Importante incluir a criação e gestão de unidades de conservação como barreira para conter o desmatamento e degradação ambiental.

É necessário acrescentar a gestão integrada dos recursos hídricos da Amazônia e o incentivo a criação de comitês de bacia hidrográfica.

Incluiria também: a) a gestão de áreas contaminadas por atividades antrópicas legalizadas e ilegais, como garimpos, aterros de resíduos sólidos normais e perigosos entre outras; b) prevenção de acidentes com barragens de rejeitos minerários; c) qualidade do ar, principalmente em áreas industrializadas e onde há recorrência de fumaça originária de queimadas.

Incluir um programa sério de educação ambiental, introduzindo estes temas no currículo escolar. A solução para a crise climática e sustentabilidade da região está na formação de novas formas de pensar, na preparação de jovens com uma visão consolidada sobre os processos de degradação ambiental e seus impactos.

Implantar bio digestores e usinas de reciclagem para o aproveitamento de resíduos orgânicos, criar usinas de placas solares usando a energia em escolas, órgãos da prefeitura em municípios de baixo IDH.

Sugestões: ampliar divulgação dos crimes ambientais, suas consequências e as punições; Programa Regional de Resíduos Sólidos; e Mapeamento, monitoramento e ações mitigadoras das áreas contaminadas com mercúrio.

O desenvolvimento dos campos de gás natural na região Amazônica é uma alternativa crucial para impulsionar a transição energética, garantir o acesso à energia e contribuir para a redução da inflação e o aumento da renda das comunidades locais.

## 3.3 Eixo Pesquisa, Inovação e Educação



Este Eixo Estratégico é o resultado da junção de dois eixos da PNDR, que são o eixo de Ciência, Tecnologia e Inovação (C, T e I) e o eixo de Educação e Qualificação Profissional. A escolha de juntar os dois eixos em apenas um, parte da premissa de priorização mencionada no tópico de metodologia, considerando que as ações de educação podem ser mais bem tratadas no âmbito do PRDA se conectadas com C, T e I, bom como com as demandas do setor produtivo.

Considerando as respostas dos participantes da Consulta Pública, foi indicado que dentre 11 temas de maior importância para a Pesquisa, Inovação e Educação da região Amazônica, destacam-se três que obtiveram maior indicação de alta importância:



Na análise do grau de importância, em uma escala de 1 a 5, dos Programas contidos no Eixo, foram obtidas as seguintes notas médias:



Na análise da questão aberta, onde foi questionado se os programas e temas apresentados refletiam os principais desafios e anseios sobre Pesquisa, Inovação e Educação na Amazônia, foram registradas 149 participações.

Dessas, 84 assinalavam concordância com as indicações apresentadas na pesquisa; 41 traziam informações que já estavam abordadas no plano; e 24 foram contribuições identificadas com maior necessidade de incluir ou enfatizar no PRDA.

A seguir, apresenta-se uma síntese de algumas dessas contribuições para o Eixo Pesquisa, Inovação e Educação:



## Síntese das contribuições para o Eixo Pesquisa, Inovação e Educação na Amazônia

É preciso expandir as vagas para alunos, pesquisadoras e professoras nas universidades e institutos já existentes na Amazônia. Bem como, abrir novas universidades e institutos com perfil de pesquisa, e que contenham modalidade de ensino em alternativa pedagógicas para estudantes da zona rural não necessitarem migrar para os grandes centros urbanos.

É preciso investir em desenvolvimento educacional também para o campo das ciências humanas sociais para melhorar a qualidade educacional voltada as nossas populações tradicionais.

Fundamental qualificar a vida urbana para que cidades possam reter e atrair o capital humano que é essencial para o avanço da ciência e tecnologia.

Deve-se observar que nenhum destes temas terá sucesso se não vier acompanhado de políticas públicas de valorização econômica dos atores e seus estudos. Tornar possível o intercâmbio de saberes entre as comunidades tradicionais e os pesquisadores. Garantia de programas de incentivo aos estudos regionais e especialmente àqueles que devolvam à sociedade, na forma de projetos de extensão, os conhecimentos adquiridos na pesquisa e inovação.

A Amazônia tem sido objeto de intensa pesquisa científica nas áreas de biologia, ecologia, geografia, climatologia e outras disciplinas relacionadas. A pesquisa na região visa entender melhor os ecossistemas amazônicos, suas interações com o clima global, os desafios enfrentados pela biodiversidade e os impactos das atividades humanas, como desmatamento e mudanças climáticas. A pesquisa também busca desenvolver soluções sustentáveis e inovadoras para preservar e gerenciar a região de forma mais eficiente.

A inovação na Amazônia envolve o desenvolvimento e a implementação de tecnologias e práticas sustentáveis que possam contribuir para a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento socioeconômico da região. Isso pode incluir iniciativas de energias renováveis, agricultura sustentável, manejo florestal, biotecnologia, turismo responsável e outras áreas que buscam conciliar o progresso econômico com a conservação ambiental.

A educação na Amazônia é um elemento-chave para o desenvolvimento sustentável da região. É importante promover a educação formal e não formal para fornecer às comunidades locais as ferramentas necessárias para entender e lidar com os desafios ambientais e socioeconômicos enfrentados na região. Isso inclui a educação ambiental, o fortalecimento das escolas locais, a formação de professores, o acesso à educação superior e o estímulo à pesquisa científica entre os jovens.

## 3.4 Eixo Desenvolvimento Social e Acesso a Serviços Públicos Essenciais

O Desenvolvimento Social e Acesso a Serviços Públicos Essenciais é um dos eixos estabelecidos pela PNDR, tendo como principal objetivo promover o desenvolvimento social e econômico das regiões brasileiras, garantindo o acesso a serviços públicos de qualidade e a inclusão social.

Considerando as respostas dos participantes da Consulta Pública, foi indicado que dentre 12 temas de maior importância para este eixo na região Amazônica, destacam-se três que obtiveram maior indicação de alta importância:



Na análise do grau de importância, em uma escala de 1 a 5, dos Programas contidos no Eixo, foram obtidas as seguintes notas médias:



Na análise da questão aberta, onde foi questionado se os programas e temas apresentados refletiam os principais desafios e anseios sobre o Desenvolvimento Social e Acesso a Serviços Públicos Essenciais na Amazônia, foram registradas 112 participações.

Dessas, 77 assinalavam concordância com as indicações apresentadas na pesquisa; 17 traziam informações que já estavam abordadas no plano; e 18 foram contribuições identificadas com maior necessidade de incluir ou enfatizar no PRDA.

A seguir, apresenta-se uma síntese de algumas dessas contribuições para o Eixo Desenvolvimento Social e Acesso a Serviços Públicos Essenciais :

## Síntese das contribuições para o Eixo Desenvolvimento Social e Acesso a Serviços Públicos Essenciais

Devemos também priorizar programas de capacitação para os trabalhadores em atividades degradantes que movimentam cidades e garantem postos de trabalho relevantes e quando fechadas por operações ambientais gera massas de desempregos desqualificados para outras atividades nos locais afetados.

O desenvolvimento socioeconômico de um território, não será um desenvolvimento humano sem levar em consideração o componente fundamental da cultura. É esta que permite aos agrupamentos humanos sua identidade cultural, o que possibilita cada um o reconhecimento de pertencer a um espaço comum, cuja responsabilidade de crescimento em benefício de todos, é tarefa necessária.

Importante levar educação e saúde para áreas remotas, através de tele cursos, ensino a distância e tele consultas ou atendimentos médicos de forma remota.

Para melhorar as condições citadas nesse eixo, ressalta-se a importância do Ensino Profissional Marítimo e Segurança da Navegação, uma vez que na Amazônia Ocidental, os Rios são as rodovias. É necessário um investimento público por meio de outras fontes de receita que permitam intensificar as ações da Autoridade Marítima como vetor de desenvolvimento regional. A qualificação de Ribeirinhos e Indígenas como aquaviários, reduz as possibilidades de acidentes, contribuindo para a segurança da navegação e salvaguarda da vida humana.

Trazer a temática de educação empreendedora como foco para que as pessoas em situação de vulnerabilidade consigam atingir postos de trabalho e sair da zona de pobreza, é urgente! A região Norte está repleta de casos de alcoolismo, suicídio, abusos e uma série de outros problemas elencados ao desemprego e inflação.

A criação de centros hospitalares que permitam o acesso de toda população amazônica; incentivo às pesquisas, nas universidades federais, de medicamentos a partir da flora amazônica e consequente patenteamento.

É preciso aumentar o acesso de povos de comunidades tradicionais à educação em todos os níveis e incentivar a graduação para esses grupos.

Estes temas são de grande relevância, sugiro consultas públicas para apresentação dos projetos e a possibilidade de eventuais contribuições das organizações do terceiro setor e entidades interessadas em participar.

## 3.5 Infraestrutura Econômica e Urbana ▼

O eixo de Infraestrutura Econômica é um dos temas identificados como fundamentais para o PRDA 2024-2027, devido aos imensos desafios existentes em toda a região e em diversas áreas de intervenção.

Considerando as respostas dos participantes da Consulta Pública, foi indicado que dentre 11 temas de maior importância para este eixo na região Amazônica, destacam-se três que obtiveram maior indicação de alta importância:



Na análise do grau de importância, em uma escala de 1 a 5, dos Programas contidos no Eixo, foram obtidas as seguintes notas médias:



Na análise da questão aberta, onde foi questionado se os programas e temas apresentados refletiam os principais desafios e anseios sobre a Infraestrutura Econômica e Urbana da Amazônia, foram registradas 113 participações.

Dessas, 73 assinalavam concordância com as indicações apresentadas na pesquisa; 27 traziam informações que já estavam abordadas no plano; e 13 foram contribuições identificadas com maior necessidade de incluir ou enfatizar no PRDA.

A seguir, apresenta-se uma síntese de algumas dessas contribuições para o Eixo Infraestrutura Econômica e Urbana:

## Síntese de contribuições para o Eixo Infraestrutura Econômica e Urbana

O investimento na área de saneamento básico deve ser incrementado pois se assim não for as metas estipuladas pelo Marco legal do Saneamento para 2033 não serão atingidas.

Dar ênfase na implantação de fábricas de reciclagem de papel, plástico e vidro na região, sendo pelo menos uma de cada em cada capital dos estados da Amazônia Legal.

Gostaria de acrescentar a necessidade de fortemente a questão da infraestrutura de comunicação principalmente ligadas a telefonia e internet em zonas rurais e urbanas.

Quanto à habitação, é necessário haver uma compreensão mais profunda da forma de viver local, cultura, de forma que as soluções já existem e precisam ser adotadas em políticas públicas.

Além destes, o deslocamento da população ribeirinha das áreas de alagamento no período das cheias e conscientização da população quanto à preservação da mata às margens dos rios.

Maior participação da Marinha do Brasil na fiscalização portuária e transporte fluvial, bem como a modernização dos portos.

O crescimento das cidades na Amazônia muitas vezes ocorre de forma desordenada, é um crescimento urbano sem desenvolvimento, com a ocupação irregular de terras, falta de planejamento urbano e carência de infraestrutura básica, como saneamento, abastecimento de água potável e coleta de resíduos. Essa urbanização desordenada traz problemas sociais, ambientais e de saúde pública.

Ferrovias e rodovias devem ser tratadas de forma distinta haja vista o impacto de rodovias no desmatamento. Fundamental trabalhar na lógica de rede multimodal de carga e passageiros e na implantação de terminais de integração.

Criar formas de produção de energia fotovoltaica, fomentando a instalação de fábricas estatais e ou de pequenas empresas com subsídio para baratear custos ao usuário final.

A Amazônia possui uma vasta rede de rios, mas com ausência de infraestrutura para pleno e melhor aproveitamento como modal de transporte predominante, é a vocação natural de transporte da região. A infraestrutura de transporte terrestre e aéreo ainda está subdesenvolvida em muitas áreas, faltando mais investimentos no transporte aéreo inter-regional. A falta de rodovias e aeroportos dificultam a integração entre as comunidades, o transporte de mercadorias e o acesso a serviços básicos, como saúde e educação, contudo o transporte hidroviário, sobretudo de curta e média distância precisa maiores investimentos.

## 3.6 Eixo Fortalecimento das Capacidades Governativas dos Entes Subnacionais

O Fortalecimento dos entes Subnacionais é um tema de grande importância para que as ações públicas ganhem maior robustez e eficiência, chegando às populações locais com mais qualidade. Esse Eixo se concentra em apoiar o desenvolvimento institucional dos governos da região da Amazônia Legal, buscando a melhoria da capacidade de entrega de serviços mais eficientes para a sociedade.

Considerando as respostas dos participantes da Consulta Pública, foi indicado que dentre 4 temas de maior importância para este eixo na região Amazônica, destacam-se dois que obtiveram indicação de alta importância:



Na análise do grau de importância, em uma escala de 1 a 5, do Programa contido no Eixo, foi obtida a seguinte nota média:



Na análise da questão aberta, onde foi questionado se o programa e temas apresentados refletiam os principais desafios e anseios sobre Fortalecimento das Capacidades Governativas dos Entes Subnacionais na Amazônia, foram registradas 77 participações.

Dessas, 47 assinalavam concordância com as indicações apresentadas na pesquisa; 17 traziam informações que já estavam abordadas no plano; e 13 foram contribuições identificadas com maior necessidade de incluir ou enfatizar no PRDA.

A seguir, apresenta-se uma síntese de algumas dessas contribuições para este Eixo:

## Síntese de contribuições para o Eixo Fortalecimento das Capacidades Governativas dos Entes Subnacionais

Acredito que ainda necessita de fortalecer e incentivar as formações de consórcios intermunicipais de forma mais incisiva.

Falta algo sobre o fomento do conhecimento, uma escola par formação de servidores municipais para que entendam e apliquem a lei. Creio que polos educacionais devam ser formados para capacitar não os gestores, mas o corpo do serviço público.

Necessário estabelecer um programa relacionado à modernização ou atualização do sistema de cadastro digital urbano dos municípios, composto por ações como recobrimento aerofotogramétrico periódico, base de informações para elaboração de planos diretores e que permita o acesso de consulta popular.

Os temas apresentados contribuem, mas na minha percepção, e atuação profissional, os municípios carecem de uma ferramenta de gestão que possibilite organizar, dirigir e controlar os objetivos e metas. Estou me referindo ao Planejamento Estratégico elaborado de forma multiprofissional e interdisciplinar. É muito desafiador ao gestor elaborar um PPA, LOA e LDO sem uma ferramenta de médio longo prazo. Reitero a necessidade, e a sugestão, de possibilitar aos municípios a construção do Planejamento Estratégico Municipal.

Acredito que seja necessário investir na capacidade de gestão dos municípios, qualificando as equipes para a execução de políticas públicas.

Dar significância aos municípios principalmente os de população menos de 30 mil habitantes.

É importante que as pessoas recebam as informações sobre os repasses de recursos para os municípios e que todo investimento e infraestrutura acima de 1 mil tenha comissão de Fiscalização da população.

# CONSIDERAÇÕES

## FINAIS ▾

A Consulta Pública do PRDA 2024-2027 obteve um resultado extremamente positivo. Foram 492 contribuições em um breve intervalo no qual a pesquisa esteve disponível ao público externo, no período de 25/05 a 12/06/2023, por meio de formulário digital, nas quais nos trouxe enorme satisfação, uma vez que ratifica o processo participativo de elaboração do referido plano regional.

Para a conquista deste resultado, houve uma ampla divulgação da consulta pública, por meio das redes sociais, site oficial do MIDR, portal do PNUD, ALEPA e SUFRAMA, envio de ofícios aos estados amazônicos, eventos dos quais participaram servidores da SUDAM, entre outros meios de divulgação.

Além disso, foram mapeadas contribuições advindas de 23 Unidades Federativas do Brasil, sendo o estado do Pará com maior participação, seguido pelo Distrito Federal e Amazonas. Outro ponto importante, diz respeito a diversidade dos diferentes públicos que contribuíram para a consulta pública, principalmente do setor público e das instituições de ensino e pesquisa. É preciso ser ressaltado que, nesta pesquisa, houve uma participação expressiva tanto do setor privado quanto do terceiro setor.

O principal eixo estratégico do PRDA apontado pelo público foi o Desenvolvimento Produtivo (26%), seguido pelo Meio Ambiente (21%). Todas as sugestões e os comentários recebidos durante a Consulta Pública foram analisados e as contribuições auxiliaram na consolidação do diagnóstico do Documento Referencial do PRDA 2024/2027 e na definição dos programas e das ações estratégicas importantes para transformação regional a curto, médio e longo prazo.

Finalizamos agradecendo a todos que contribuíram para o sucesso desta consulta pública, cuja etapa foi desafiadora, mas um passo importante para a tomada de decisão sobre o caminho a ser percorrido até a consolidação do PRDA 2024-2027. Reafirmamos nosso compromisso com a transparência e a participação social, cujo canal utilizado para esta consulta pública nos permitiu ouvir as prioridades para a região amazônica.





SUDAM